

JOVEM INFRATOR

POBREZA, ABANDONO E VIOLÊNCIA



MICHELLY NOGUEIRA

JOVEM INFRATOR

POBREZA, ABANDONO E VIOLÊNCIA

MICHELLY NOGUEIRA

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

CENTRO DE COMUNICAÇÃO E LETRAS

Jovem infrator: Pobreza, abandono e violência (2019)

APURAÇÃO E TEXTO Michelly Nogueira

DIAGRAMAÇÃO Almerino Gonçalves

REVISÃO Adriana Chiaradia

ORIENTAÇÃO Prof.^a Dra. Marcia Detoni

Para Claudio e Rafael

“Este Trabalho de Conclusão de Curso
não reflete a opinião da
Universidade Presbiteriana Mackenzie.
Seu conteúdo e abordagem são de
total responsabilidade de sua autora.”

AGRADECIMENTOS

PRIMEIRAMENTE GOSTARIA DE AGRADECER a Dona Eliana, minha mãe, meu amor e meu exemplo de vida. Sem sua força e dedicação nada seria possível.

Agradeço também a uma grande mulher que admiro pela garra e pela dedicação para a família Nogueira, uma pessoa maravilhosa que tenho como referência de bondade e de espírito generoso, Amélia Sales Nogueira, a Amelinha. Obrigada por todo direcionamento no decorrer do TCC.

Ao meu grande companheiro de todos os momentos, Thiago, obrigada por toda paciência e todos os momentos que foi jornalista comigo. Obrigada por acreditar nos meus sonhos e lutar por eles.

É impossível não agradecer ao Dimi, meu melhor amigo. Ele me dava amor e conforto ao final de cada dia cansativo e nas ansiedades constantes. Obrigada por ter sido minha fonte de forças em meio à loucura.

Agradeço ao conselheiro tutelar Gledson Silva por compartilhar suas histórias de luta contra a violência infantil e por dividir suas experiências como defensor das medidas socioeducativas.

Ao promotor de Justiça e ex-presidente da Fundação Casa, Marcio Elias Rosa, muito obrigada pelo tempo disponibilizado para mostrar o posicionamento da Fundação Casa e compartilhar sua vivência como Secretário de Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo.

Minha gratidão ao diretor técnico da Fundação Casa, Adilson Fernandes, por ser franco em sua entrevista e mostrar como a instituição pode evoluir para melhor todos os dias. Além de compartilhar seu grande conhecimento sobre as medidas socioeducativas.

Agradeço ao W.J por deixar o medo de lado e lembrar seu passado dentro da Fundação Casa e que, ao compartilhar sua história, contribuiu para verificarmos os maiores erros cometido pela instituição. Obrigada pela confiança.

Ao ex-diretor da instituição Juarez Alves agradeço pelo capricho em sua entrevista e a boa vontade em auxiliar na construção do livro reportagem. Assim como a assistente social do projeto Gaia, do município de Guarulhos, Mariana Piovesan, obrigada por toda consideração e atenção. O mundo precisa de mais pessoas como você.

Agradeço a Ingrid por abrir seu coração e contar sobre os momentos mais difíceis de sua vida. Obrigada por compartilhar o que é ser uma mãe na periferia e os maiores obstáculos que enfrenta diariamente.

Agradeço a minha orientadora, Márcia Detoni pela paciência e por todas as sugestões que me deu durante a construção do livro reportagem. Obrigada por escutar sobre meus objetivos dentro da profissão e entender a importância da realização desse projeto para a criança e o adolescente.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| I. APRESENTAÇÃO | 11 |
| II. “MANUAL DE PRÁTICAS” PARA INGRESSAR NA FUNDAÇÃO CASA | 15 |
| III. O ENCONTRO COM A FEBEM | 27 |
| <i>Fações criminosas</i> | 45 |
| VI. A OMISSÃO PODE SER FATAL | 51 |
| <i>Reincidência</i> | 58 |
| V. DE VOLTA AO MUNICÍPIO | 65 |
| <i>A mãe do menor infrator</i> | 70 |
| <i>Reestruturação</i> | 74 |

01

APRESENTAÇÃO

DESDE QUE ENTREI NO CURSO DE JORNALISMO, em 2016, sempre me identifiquei com o jornalismo investigativo e as questões sociais. O papel da profissão é fundamental para fiscalizar os abusos do poder público e, também, para construir uma sociedade mais justa e democrática. Por isso, quando relatos de infrações cometidas por funcionários da Fundação Casa localizada no estado de São Paulo chegaram a essa repórter, por meio de fontes que preferem se manter anônimas, percebi o quão grave são os atos infracionais denunciados para o desenvolvimento da nossa juventude e do próprio país.

A Fundação Casa em São Paulo é acusada de ser conivente e omissa com atos de violência e torturas por parte dos funcionários contra os adolescentes. Propus-me, então, a investigar esses relatos e verificar, também, como as medidas socioeducativas, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, são realmente aplicadas.

Os dados oficiais mostram que mais de oito mil jovens vivem, atualmente, dentro da Fundação Casa. Para entendermos melhor a origem desse grande número de adolescentes infratores, o livro reportagem aborda as questões estruturais que levaram a criança e o adolescente pobre à criminalidade.

Além disso, os especialistas entrevistados contam como que o sistema, irregularmente aplicado em alguns aspectos, dificulta a reinserção social, aumentando o número de reincidentes nas unidades do Estado de São Paulo, assim como, criticam o modelo de capacitação dos servidores públicos. Ex-funcionários relataram todas as violações e humilhações que presenciaram dentro da Instituição, como também, o jovem de 17 anos que compartilhou suas experiências quando estava no regime de internação.

Todas as falhas estruturais, administrativas e culturais do Estado brasileiro mantém a realidade desigual e desumana do menor infrator pobre e negro; A Fundação Casa é apenas um exemplo de uma instituição governamental que falha em grande parte na sua função. O morador da periferia nasce em uma bolha violenta e é induzido ao crime antes mesmo de chegar à adolescência. Os problemas sociais são reflexões do descuido do Estado para com crianças e adolescente, a principal esperança para o Brasil.

Este livro reportagem foi produzido como um Trabalho de Conclusão de Curso de Jornalismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie. As entrevistas foram realizadas entre Dezembro de 2018 a Março de 2019.

Michelly Nogueira Marques
São Paulo, Maio de 2019.

*“O vagabundo
O dia inteiro pelas ruas anda
Enxovalhando, roto indiferente:
Mãos aos bolsos, olhar impertinente,
Um machucado chapeuzinho à banda.
Cigarro à boca, modos de quem manda,
Um dandy¹ de misérias alegremente
A procurar somente
Em que as tendências bélicas expandam
E tem doze anos só! Uma corola
De flor mal desabrochada! Ao desditoso
Quem faz a grande e peregrina esmola
De arrancá-lo a esse trilho perigoso,
De atirá-lo para os bancos de uma escola?
Do vagabundo faz-se o criminoso”.*

AMÉLIA RODRIGUES

¹ Palavra em inglês, que significa: “o cavalheiro perfeito”.

“MANUAL DE PRÁTICAS” PARA INGRESSAR NA FUNDAÇÃO CASA

O “MANUAL DE PRÁTICAS” PARA INGRESSAR na Fundação Casa contém quatro requisitos que indicam como a criança e o adolescente podem entrar na instituição. São eles:

- Ser pobre;
- Ser abandonado pelos pais ou ser tirado deles à força;
- Morar na periferia;
- Traficar drogas;
- Ser preto ou pardo;

Isso é fácil de observar conforme as estatísticas apresentadas pela instituição. A Fundação Casa, atualmente, contém cerca de oito mil reclusos sendo 95,78% homens e 4,22% mulheres. O crime mais cometido por esses jovens é o de tráfico de drogas, seguido por roubo qualificado e o descumprimento de medida judicial. A maioria tem entre 15 e 17 anos.²

² Dados disponibilizados pela assessoria de imprensa da Fundação Casa.

Segundo o instituto Sou da Paz, 76% dos adolescentes pesquisados são pretos ou pardos, 60% tem 16 ou 17 anos e cometeu o primeiro ato infracional entre os 12 e 14 anos. O roubo e o tráfico de drogas perfizeram 80% dos atos infracionais cometidos pelos internos; apenas 8,93% cumpriam medida socioeducativa por atos infracionais equiparados a homicídio, latrocínio e estupro. Dois terços dos entrevistados já cumpriram outras medidas socioeducativas, incluindo internações anteriores na Fundação Casa, semiliberdade, liberdade assistida ou prestação de serviços à comunidade.

A história dos menores abandonados diz muito sobre a realidade dos jovens que estão internados no Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – Fundação Casa. O acolhimento de crianças começa com os indígenas, que foram os primeiros a serem colocadas em um abrigo. No século XVI, as missões religiosas no Brasil colonial tinham como objetivo catequizar os índios. Os jesuítas contavam com a ajuda de soldados portugueses para tirar os índios das aldeias, levando-os para os aldeamentos, conhecidos como missões. Esse trajeto muitas vezes era feito com o uso da força e violência, afastando as crianças dos pais.

Foram então criadas as “*Casas de Muchachos*”, onde eram abrigados os “*curumins*” ou “meninos da terra”. Essas casas eram custeadas pela coroa portuguesa. Os pequenos indígenas colaboravam na pregação cristã pelas matas e sertões e também serviam de intérpretes nas ocupações das terras brasileiras.

Durante o século XVIII, por iniciativa da igreja católica, em Salvador, foram fundadas as Casas de Recolhimento dos Expostos (1726) (como eram chamados os abandonados). No Rio de Janeiro, foi criada a Roda dos Expostos (1738), um dos momentos mais marcantes no histórico dos abandonos. Nela, as crianças eram deixadas em abadias, mosteiros e irmandades beneficentes, porque os pais, por alguma razão, não as podiam criar, um instrumento, que na verdade, estimulava o abandono.

A escravidão também deixou um triste legado. Entre os séculos XVI e XIX foram trazidos para o Brasil aproximadamente 3 mil negros escravizados. Os que nasciam no país tinham os laços parentescos cortados imediatamente e outras negras ficavam responsáveis pelos recém-nascidos. A “Lei do Ventre Livre” libertou todos os filhos de mulheres escravas nascidas a partir de 28 de setembro de 1871, resultando em uma avalanche de crianças negras e mulatas se juntando ao número de abandonados. Em seguida, o cenário piorou com a abolição da escravidão. A pobreza e a miséria foram expandidas.

A partir do século XX, surgiram efetivas ações por parte do poder público para mudar a forma com que as crianças abandonadas e carentes eram atendidas. Nesta época, elas eram de responsabilidade dos delegados de polícia, por isso, os juristas anunciaram a necessidade de criar uma lei de proteção ao menor.

Em 1902, Cardoso de Almeida, chefe de polícia de São Paulo, apresentou o projeto de um Instituto Discipli-

nar, que cuidasse dos chamados “pequenos criminosos”. A fundação do instituto foi autorizada pelo governo estadual no mesmo ano. Em 1922, no Rio de Janeiro, então capital federal, após o Código de Menores, feito pelo Juiz Mello de Mattos, foi criado o primeiro estabelecimento público de atendimento a menores.

Em 1942, foi criado o “Serviço de Assistência ao Menor” – SAM. Na época era considerado um sistema autoritário do Estado Novo. O seu funcionamento era parecido com penitenciárias, um sistema correcional e repressivo, ficou conhecido como “universidade do crime”, dando origem a uma sequência de maus tratos aos adolescentes que precisavam do Estado.

Em 1964, para coordenar as Entidades Estaduais de proteção às crianças e adolescentes, foi implantada a Política Nacional do Bem-Estar ao Menor – PNBEM. Em seguida, foi criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FEBEM, dando continuidade a práticas sociais repressivas. Para combater as violências herdadas do SAM, em 1979, o Código de Menores foi promulgado, sendo repudiado por vários setores sociais.

A partir de então, foram criadas comissões estaduais e encontros nacionais para formular soluções e defender o direito da infância e juventude, promulgando, em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Após esse feito,

a Lei Estadual 12 469/2006 mudou o nome da instituição para Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente, Fundação Casa.³

Segundo o conselheiro tutelar das medidas socioeducativas Gledson Silva, o Estado criou meios de acolher a criança e o adolescente, no entanto, a raiz do problema se mantém intacta até os dias de hoje. A pobreza encontrada nas comunidades, a desigualdade social e a falta de educação gera uma guerra social em que o adolescente nascido em uma família desestruturada não encontra respostas para lidar com uma realidade inconsistente e preconceituosa. A partir do momento em que o jovem da periferia percebe que é visto com olhares diferentes por classes sociais acima dele, o sentimento de impotência se transforma em revolta e, quando percebe que o Estado não é pela maioria pobre e desmembrada de poder, ele entende que é responsável pela própria sobrevivência.

W.J, de 17 anos, é ex-interno da Fundação Casa, seu currículo carrega três passagens pela instituição. A última reclusão durou dez meses; para cumprir a medida de internação seguiu a maioria dos requisitos no “manual de práticas”: nasceu pobre, mora na favela do município de Guarulhos, na Região Metropolitana de São Paulo, e furtou algumas casas. O “manual”

³ Brasil. Governo do Estado de São Paulo. Secretaria de Justiça e Cidadania. *Falando de Abrigo*. 1997. Pág 9.

indica que o tráfico de drogas é o caminho mais fácil e rápido para você acabar com sua liberdade, no entanto, existem alguns jovens mais ousados que saem da regra e roubam casas.

Desde 2005, o diretor técnico Adilson Fernandes já atua como assessor de medida socioeducativa na Fundação Casa. Para ele, a questão que leva o jovem a ingressar na instituição está muito além do ato infracional que cometeu. Ele lamenta a percepção da sociedade que a criminalidade é uma escolha.

Segundo Fernandes, a criança e o adolescente deveria receber mais atenção. “Onde nós estamos conseguindo garantir a prioridade absoluta? O adolescente com 14 anos saiu da escola, aos 15 ele comete o primeiro ato infracional e vem para cá. Sabemos disso há 10 anos”, afirmou. O diretor conta que a qualificação da medida socioeducativa é o papel da instituição, mas o que realmente precisa ser feito é evitar que meninos cheguem à criminalidade.

Gledson Silva concorda: “Ele não teve acesso à educação. O problema não é na Fundação Casa, é aqui fora. 99% dos que estão lá é por furto e tráfico. E aí você começa a entender por que os meninos foram para o tráfico, dinheiro”, diz Gledson.

Quando falamos sobre a ausência do Estado, podemos interpretar a falta dele de diversas maneiras na vida da criança e do adolescente. A suposição de Gledson é que o sistema não vai mexer no que poderia se voltar contra ele. Ensinar a pensar com-

promete quem está no poder político. Quanto mais ignorância por parte da população periférica, mais ganha força quem tem o poder de controlar a distribuição de verba da União.

O conselheiro, ao explicar seu ponto de vista sobre a realidade da criança e adolescente das periferias de São Paulo, aponta que, o jovem, antes mesmo de entrar na Fundação Casa, já é tratado com preconceito e violência, o que demonstra o olhar discriminatório que o Estado tem em relação aos pobres.

Entre 2017 e 2018, o Promotor de Justiça, Márcio Fernando Elias Rosa foi presidente da Fundação Casa e Secretário de Justiça e Cidadania. Sendo responsável por 145 unidades da instituição espalhadas pelo Estado de São Paulo.

Ele reconhece que o menor infrator não tem estrutura social. “Ele não tem emprego, não tem família, não tem educação. Eu falo de fator desestruturante da vida social. Aí ele comete lá o tráfico de entorpecentes e vai ser internado, ficando oito meses conosco”, afirma.

Após WJ se enquadrar no perfil do “Manual de Práticas” da Fundação Casa, o adolescente explicou porque cometeu os atos infracionais: “Acho que pelo dinheiro. Eu só parei depois que um amigo nosso morreu. Eu saí agora em outubro do ano passado (2018)”.

O menor revelou que começou a roubar com 12 anos, influenciado pelos amigos da favela. “É difícil parar, torna um vício depois que você começa a roubar, roubar, roubar. Está

vindo dinheiro fácil, você vicia. Passei pela unidade da serra da Cantareira e depois para Itaquaquetuba. E aí fiquei 10 meses, e parei”, afirma W.J.

Quando conversei com Elias Rosa e o diretor técnico Adilson Fernandes, ambos fizeram questão de enfatizar que o crime mais cometido é o de tráfico de drogas. A venda de entorpecentes ilícitos é o ato infracional mais frequente, mostrando que os chefes das quadrilhas de drogas são quem realmente têm o controle sobre a vida da criança, do adolescente e dos moradores das comunidades.

Diante dessas situações, a cozinheira Ingrid Almeida, moradora da comunidade do município de Guarulhos, na Região Metropolitana de São Paulo, e mãe do Junior, o jovem que ficou internado por furtar e traficar, conta que o tráfico oferece R\$ 100 para ficar das 7h às 19h vendendo drogas. “Eles acham que é muito. Mas ninguém consegue traficar todos os dias, é disputadíssimo um dia na biqueira, às vezes, tem briga”, conta Ingrid.

A cozinheira diz que tudo que ela não pode dar para o filho, o tráfico proporciona. “Quando a gente não cuida dos nossos filhos, o traficante cuida, se você não educa seu filho, eles chamam e oferecem um mundo com o qual que você não vai poder competir”.

Segundo W.J e Ingrid, ambos moradores da periferia, os traficantes oferecem emprego, dinheiro rápido e fácil. A

referência de uma criança e adolescente dentro da periferia é o traficante, que disponibiliza o que o Estado não dá: recursos. Oferecem, também, segurança dentro da comunidade, estipulando regras e leis internas. A realidade do jovem é regida por outro “Sistema Constitucional”, totalmente diferente da realidade da classe média e alta.

Quando a proposta de ser um gerente da boca é feita para um menor que não tem perspectiva de futuro, ele não sabe onde aquilo vai leva-lo, mas entende que o momento de ganhar dinheiro está ali. Ele prefere, inclusive, ir para a Fundação Casa porque, ao sair de lá, será visto como um representante do crime dentro da favela e, assim, terá o respeito do “sistema” em que vive. “Quando seu filho é preso, ele vira o chefe da favela”, afirma Ingrid.

Quem está no topo da “hierarquia da favela” é o cara que mais vezes já foi preso pela polícia. Ganha um *status* diferenciado e superior dos demais moradores da comunidade. Usufrui de poder e tem permissão para decidir as situações que chegam ao “tribunal” da periferia.

Para W.J. a falta de interesse do Estado em investir na educação leva a um maior número de internos na Fundação Casa. “É só você pensar: tem muito jovem na Fundação que faz curso, toda unidade tem. Mas por que não dão aqui fora também? Existem muitos jovens que se interessam e param de roubar para fazer o que está sendo oferecido”.

WJ não entende porque o Estado se preocupa apenas em dar estabilidade dentro da Fundação Casa, sendo que ele pode fazer muito mais do lado de fora do presídio. “Se dessem oportunidades para arrumar um trabalho, talvez, não tivesse tanto menor preso”, diz.

Sem estudos, WJ. entende o que lhe falta como ninguém. Sente na pele a desigualdade social. Para quem está no topo do poder, com muitas formações, títulos e bons salários, as situações não parecem tão óbvias assim.

“A sociedade pensa que 100% dos adolescentes que cumprem a medida socioeducativa deveriam estar presos por que têm alta periculosidade. Eu digo para você: 95% não têm periculosidade alguma”, salienta Elias Rosa.

Já que a raiz do problema - falta de educação e investimento - exige mais interesse dos governantes, o Estado divulga a Fundação Casa como um grande programa maior propaganda de qualificação e reestruturação do jovem, para reinseri-lo na sociedade como alguém digno de ter um emprego e um reconhecimento pelos seus talentos descobertos.

No entanto, o que acontece com o jovem que é internado na Instituição e agredido por servidores públicos? O que acontece quando o interno é humilhado no único local que poderia dar a ele outra visão de mundo? Como ele faz para não sentir raiva da sociedade quando o fun-

cionário da instituição comete atos infracionais, tirando o direito que ele tem? Será que essa qualificação do Estado é eficiente para uma reestruturação?

O próximo capítulo mostra o meio do caminho do menor infrator, o que realmente acontece dentro da Fundação Casa e como os maus tratos contradizem com o objetivo da instituição.

03

O ENCONTRO COM A FEBEM

W.J. APANHOU ASSIM QUE CHEGOU à Fundação Casa, segundo ele, ninguém escapa da recepção. “Tudo é feito na salinha dez, já vi até menor de 12 anos sendo pisado na cabeça”. Segundo o jovem, os servidores públicos batem mais nos “menorzinhos”, que não sabem se defender. “Já chegam falando: ‘Caraio tá tirando nós porra, sabe onde você tá, caraio, sabe como é o procedimento’ e chega batendo”, conta.

Segundo relatos de ex-funcionários, a chamada “recepção” é o primeiro momento do menor infrator dentro da Fundação Casa em São Paulo. Para que o respeito seja garantido dentro de uma unidade, o servidor público agride e humilha os jovens, infringindo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e contradizendo todo o sistema socioeducativo.



FOTOS OBTIDAS PELA REPORTAGEM POR MEIO DE FUNCIONÁRIOS QUE PREFEREM NÃO SE IDENTIFICAR.

Michelly Marques

Segundo o ECA - Art 18-A, a criança e o Adolescente têm o direito de ser educado e cuidado sem o uso de castigo físico, ou de tratamento degradante pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas e etc.

O ex-diretor regional da Fundação Casa, psicólogo social, pedagogo e especialista em educação, Juarez Alves, contou que na Instituição não vale a regra.

Segundo ele, são deferidas palavras ofensivas como ladrão, vagabundo, não vai consertar, e frases ameaçadoras: “Quem manda aqui sou eu e se não obedecer vai apanhar, porque o que conta aqui é a disciplina”. Detalhe: disciplina é sinônimo de punição, castigo, ficar isolado, sem alimentação.

O diretor técnico da Fundação Casa, Adilson Fernandes, vinculou a cultura da “recepção” como uma prática a FEBEM e contou que, na época do Código de Menores e antes da criação do Estatuto da Criança, o jovem não tinha direitos. Então, a FEBEM atendia todo e qualquer adolescente em situação de risco e abandonados. “A prática do antigo sistema, na sua história de criação, foi pela violência. O sistema sócio educativo traz muitas marcas de violência contra os adolescentes”, afirma o diretor.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos) fez um relatório preliminar, no qual apontou que os menores infratores sofriam agressões sistemáticas. As denúncias foram

feitas em 2015, quando a Defensoria Pública de São Paulo, relatou as situações de risco que os adolescentes da unidade Raposo Tavares sofriam.

Algumas denúncias relatadas no Disque Direitos Humanos mostram um intervalo de quatro dias uma e outra, assim como, em 2017, duas ocorrências em menos de um mês. Sem contar as ações que não são registradas. A violência acontece quase todos os dias.

Diante de tantos casos registrados pelo Disque 100 e todas as verificações do Conselho Tutelar sobre as denúncias de violência, o ex-presidente da Fundação Casa Elias Rosa afirmou que essas ocorrências são reais, mas que ele e nem ninguém têm a total consciência dos acontecimentos: “Ninguém vai ter a dimensão da violência e acho que ninguém de responsabilidade pode negar que ela ocorre. Ela ocorre”, diz o promotor.

Em 27 de fevereiro de 2018, o “Observatório de Violência” foi instaurado oficialmente na Fundação Casa. O setor apura as agressões ocorridas dentro da Instituição. As denúncias são feitas por servidores, pelos próprios adolescentes e pelas mães dos menores infratores, através da internet ou por anotações no livro de ocorrências – o livro preto.

WJ contou, ainda, outra maneira que os servidores públicos aplicavam as punições, sendo sinônimo de violência e humilhação. Segundo o adolescente, quando o funcionário

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
OUVIDORIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DO DISQUE DIREITOS HUMANOS

DENÚNCIA REGISTRADA NO DISQUE DIREITOS HUMANOS

IDENTIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO
NÚMERO DO PROTOCOLO: 1759134
NÚMERO DA DENÚNCIA: 1026015 - GRUPO DE VIOLAÇÃO: Pessoas em restrição de liberdade
DATA E HORA DO ATENDIMENTO: 01/09/2018 14:13:51

RELATO DO DENUNCIANTE:
Informamos que o texto abaixo segue rigorosamente o alegado pelo (a) denunciante:

03/09/2018 10:18:58
Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, são agredidos física e negligenciados por coordenadores de nomes não informados, são vítimas de violência institucional e negligenciados pelo Diretor Ronaldo. Os fatos ocorrem há aproximadamente um ano, diariamente, na Fundação Casa Raposo Tavares. Quando os adolescentes chegam, ficam de três a quatro dias em uma sala e os coordenadores entram e agredem, depois uma equipe chega para dar as devidas orientações. Os adolescentes são recebidos com socos e pontapés pelos coordenadores. É possível ver as vítimas com hematomas. Ronaldo tem ciência da situação, nada faz para reverter o caso. Referente a alimentação, higiene e saúde estão adequadas. As vítimas podem ser localizadas na Fundação Casa Raposo Tavares, no Complexo Raposo Tavares, Cedro, Aroeira, Nogueira e Ipê, na Rodovia Raposo Tavares, km 19,5, s/n, jardim arpoador, São Paulo [] SP, do lado da Penitenciária Feminina, em frente ao Leilão de Carros. Nenhum órgão de proteção à pessoa em restrição de liberdade foi acionado até o momento.

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Não informado

DADOS DA(S) VÍTIMA(S):

NOME: ADOLESCENTES DE NOMES NÃO INFORMADOS
NOME SOCIAL:
IDADE:
FAIXA ETÁRIA:
SEXO: Não informado
COR/RAÇA: Não informado
ENDEREÇO:
PONTO DE REFERÊNCIA:
TELEFONE: -
MUNICÍPIO/UF: São Paulo/SP

DOCUMENTO OBTIDO PELA REPORTAGEM POR MEIO DE
FUNCIONÁRIOS QUE PREFEREM NÃO SE IDENTIFICAR.

não quer deixar marcas, para não ficar tão explícito, acham outro caminho para aplicar a tortura. “Eles nos levavam para a sala onde nós estudávamos e mandavam a gente ficar encostado na parede a noite toda. Ficava lá até a hora que ele achava que estava bom”. De acordo com o jovem, com o aval do coordenador, existiam uns funcionários que do nada estão tranquilos e depois davam tapas.

Para continuar repercutindo o que W.J. diz sobre os dez meses que frequentou a Fundação Casa, precisamos lembrar o salário do diretor de unidade III: R\$ 10.053,71 (dez mil, cinquenta e três reais e setenta e um centavos).

Diante disso, o menor contou que existe uma prática de violência, na qual o diretor da unidade em que estava era conivente com a punição, que se chama “encaixotar”. Segundo W.J., isso significa que os menores ficavam de cueca para depois serem colocados em um único quartinho, os quarenta, apertados, e abaixados. “Quando acontece isso, os funcionários tem que conversar com o diretor, e aí todo mundo da o aval, o diretor, os funcionários, e o coordenador”, relatou W.J.

Se existe um setor criado especificamente para apurar as violências, supõe-se que elas ocorram com uma grande frequência, principalmente entre os próprios internos. As rebeliões são, também, um grande espelho para o “Observatório” enxergar o que de errado acontece no dia a dia dentro de uma unidade.

De acordo com W.J., as rebeliões acontecem porque os menores não aguentam ficar apanhando toda hora e aí vão pra cima. “Os funcionários ficam cuspidando no nosso rosto e isso cansa”, lembra W.J.

As rebeliões são feitas para conquistar direitos simples como estilo de corte de cabelo. Nessas circunstâncias, os internos aproveitam para fugir da unidade. “Se tiver muita rebelião, o diretor é transferido, e se isso acontece, ele vai para um cargo abaixo, por isso, ele tenta fazer acordo”, diz W.J.

Fernandes conta que quando falamos em violência, não podemos considerar apenas atos que violem a integridade física. As agressões psicológicas são os atos infracionais mais frequentes e pesados dentro da Fundação Casa. Uma criança e um adolescente que vivem em condições precárias, sem apoio do município, sem escolarização e emprego, não se sentirão capazes de ser alguém melhor futuramente.

Frases como: “Você não vale nada, jamais será alguém na vida, sua mãe é uma merda por que não te deu educação, você vai voltar a cometer delitos por que você nasceu assim, por isso você apanha na cara e vai continuar apanhando”, são repetidas a todo o momento. “Ou seja, o tempo todo ele é tratado como ninguém”, relata Soares. Por conta disso, o papel do psicólogo é um dos mais importantes na instituição.

O Conselho Regional de Psicologia criou um caderno de debates para relatar as visitas institucionais à Fun-

dação Casa São Paulo. O objetivo do projeto foi conhecer a realização do atendimento dentro do sistema socioeducativo. Para esses resultados, os profissionais conversaram com os psicólogos da Instituição.

Embora os fatores sociais e familiares sejam ressaltados como relacionados à prática infracional – com ênfase na questão do uso/abuso e tráfico de drogas –, o atendimento realizado pelos profissionais da Psicologia é predominantemente individual. Em média, os profissionais dedicam oito horas semanais para essa atividade, variando entre o mínimo de duas horas e meia e o máximo de vinte horas semanais, sendo o tempo de duração do atendimento entre 30 e 50 segundos.⁴

W.J não concorda com essas afirmações do Conselho Regional, sua experiência foi totalmente diferente na unidade de Itaquaquecetuba e Serra da Cantareira. “O atendimento na fundação era para ser pelo menos uma vez por mês, mas elas atendem de três em três meses. O psicólogo te atende só quando vai fazer seu relatório”, afirma.

Se de fato ocorrem as ausências do atendimento psicológico, a falta desses profissionais pode ocasionar a diversos distúrbios com os adolescentes chegando a mesmo cogitar o suicídio. O conselheiro tutelar, Gledson Silva considera a falta

⁴ Conselho Regional de psicologia 6 região. Visitas Institucionais a Fundação Casa. São Paulo. 2016.

de profissionais disponíveis para o atendimento uma agressão diretamente ao menor internado.

“O que mais me chocou, quando fui fazer uma fiscalização, foram os meninos dizendo assim: ‘Olha Gledson conversa com aqueles dois meninos, eles estão muito tristes’. Quando conversei um deles me disse: ‘Minha honra, acabaram com a minha honra. Tentaram mexer comigo, me violaram.’”

Os menores relataram para Gledson que após um início de tumulto, eles foram levados por agentes para uma sala. O diretor da unidade e uns funcionários pegaram, então um cabo de vassoura e tentaram estupra-los. Não conseguiram porque os meninos se agitaram. Ficaram extremamente machucados, apanharam muito. Segundo o conselheiro, eles diziam que iam se matar. “A saúde mental dos adolescentes da Fundação é muito grave então eu não duvido que eles pratiquem isso”, diz.

O menor infrator precisa de um acolhimento de vários setores públicos. Mário Altenfelder, em 1977, então secretário da Promoção Social de São Paulo e presidente do Instituto Interamericano da Criança, chefiou a reunião do Congresso das Crianças, defendendo a proteção integral da criança.

“O menor só seria protegido se as diversas assistências e promoções alcançassem a integridade do todo – não só a saúde, não só a educação, não só o amor e compreensão, mas saúde, educação, recreação, profissionalização, amor e com-

preensão como condicionantes da segurança social do menor. A comunidade é permanente e os governos, passam. Quanto mais independente a comunidade do governo, mais duradoura será a ação social”.⁵

Pouco é discutido sobre a criança e o adolescente que está internado na Fundação Casa. A questão não se encontra na agenda política de todas as esferas do governo. Se outros órgãos públicos participassem das políticas de proteção à criança, haveria uma maior participação social e, consequentemente, aumentariam as chances de uma conscientização sobre o jovem infrator.

Elias Rosa conta que são totalmente previsíveis as agressões psicológicas dos servidores contra os internos. “A agressão é fruto do comportamento humano. Quando isso acontece, a área social, pedagógica, eles têm que interferir”, afirma.

O “Instituto Sou da Paz” elaborou a pesquisa “E ai voltei para o Corre”, retratando a Fundação Casa. O objetivo é revelar o perfil do adolescente infrator no Estado de São Paulo e analisar quais são os aprimoramentos necessários para a aplicação da medida socioeducativa.

A pesquisa do instituto sobre o atendimento psicos-

⁵ FERNANDES, Adilson. *Integração SUAS e SINASE*. 2010. 129f. Dissertação de mestrado. PUC. São Paulo. 2010.

social revelou que pouco mais da metade dos adolescentes ouvidos recebem o atendimento psicológico semanal. Menos de 5% alegaram nunca ter conversado com um psicólogo ou assistente social. Esses dados são baseados em menores que cumpriram a medida há menos de três meses.

De acordo com a pesquisa, 50% dos primários disseram receber o atendimento toda semana, 47,4% dos reincidentes em internação afirmaram receber o atendimento. Mais da metade dos adolescentes avaliaram positivamente o psicólogo (56%). O reincidente em internação que deram avaliações positivas foi menor (52,6%) do que entre os primários em internação (65,3%).⁶

O instituto também acrescentou o depoimento dos menores sobre o atendimento e como eles analisam o serviço prestado pelo servidor.

Leandro, 18 anos, relatou que é possível acionar a psicóloga quando necessário, mas ela “não gosta”. Por sua vez, Diego, da mesma idade, apontou que as conversas com as profissionais “duram mais ou menos 10 minutos”, e, portanto, “não são o suficiente”. Da mesma forma, Fernando disse que gostaria de receber “um pouco mais de atenção”. Já Maurício, 17 anos, alegou que é chamado pela psicóloga somente “quando há um problema”. As outras avaliações negativas se

⁶ Instituto Sou da paz. *Ai eu voltei para o corre*. São Paulo: 2018.

referiram aos temas tratados durante os atendimentos e a percepção de que as “técnicas” não dão o devido valor e importância as falas. Alguns adolescentes colocaram que se sentem “testados” durante os atendimentos.⁷

W.J. se encontra no grupo dos jovens que são reincidentes e passaram mais de três meses na Fundação Casa. A questão é: por que o menor infrator reincidente recebe um atendimento com menos qualidade? Segundo W.J. alguns servidores não prestam o atendimento na data certa, no tempo certo e são coniventes com essas violações Institucionais que prejudicam grandemente o andamento social.

As situações de violência ocorrem de todas as maneiras. Servidor contra interno, interno contra servidor, servidor contra servidor e interno contra interno. “Já até vi dois funcionários saindo na porrada”. Comenta W.J.

Para entender melhor como é o comportamento do jovem dentro de uma unidade, o ex-agente da Fundação Casa, M.A, que prefere não ser identificado, contou que trabalhou por vários anos na Instituição, ainda quando se chamava FEBEM. Ele ficou no convívio dentro das alas (pavilhões, onde ficam os presos) durante os primeiros meses. Depois, foi para o Fórum de São Paulo conduzir os adolescentes para as audiências com os Juízes;

⁷ Instituto Sou da paz. *Ai eu voltei para o corre*. São Paulo: 2018.

“A imensa maioria dos adolescentes da Fundação vem de famílias desestruturadas, onde já faz parte do crime, sendo o adolescente sem educação básica, sem conceitos morais, éticos e religiosos, devido a isto, com o passar do tempo se tornam como eram fora da Fundação. Infelizmente, a Fundação é um estágio para uma detenção de adultos”, afirmou.

Sem educação e desconhecendo as regras de convívio, alguns menores infratores brigam, discutem, provocam e agredem funcionários da Fundação. São os famosos “folgados” da unidade e os que mais apanham dentro da instituição. Segundo M.A., os servidores se defendem dizendo que se não baterem, quem apanha são eles.

Falando de comportamento humano e, especificamente, sobre os servidores públicos de todas as Fundações Governamentais, presenciamos muitas situações de descaso, no entanto, a mais grave é quando aquilo que é de direito é negado por falta de vontade por parte do funcionário, interesses distorcidos ou pelo dinheiro que será desviado para favorecer outros meios.

Elias Rosa acredita que para melhorar o atendimento existe a necessidade de ampliar o número de colaboradores e ter uma melhor remuneração: “Para isso, precisaríamos de uma capacidade de investimento maior. O Estado de São Paulo reserva hoje perto de R\$ 1, 9 bilhões. É bastante dinheiro. Mas na verdade esse orçamento é insuficiente para atender uma boa política”, afirma.

Segundo a assessoria de imprensa da Fundação Casa, o valor repassado da União, no ano de 2018, foi de R\$ 120.755.022,56 (cento e vinte milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, vinte e dois reais e cinquenta e seis centavos). O valor per-capita gasto por interno foi de R\$ 11.972,84 (onze mil, novecentos e setenta e dois reais e oitenta e quatro centavos). O custo pessoal, que é utilizado para encargos, folha de pagamento e benefícios totalizou R\$ 102.125.346,68 (cento e dois milhões, cento e vinte e cinco mil, trezentos e quarenta e seis reais e sessenta e oito centavos).

Um enfermeiro da Fundação Casa ganha inicialmente R\$ 3.427,73 (três mil, quatrocentos e vinte e sete reais e setenta e três centavos), sendo considerado como alta classe média, podendo chegar até R\$ 9.546,94 (nove mil, quinhentos e quarenta e seis reais e noventa e quatro centavos), tornando-se, então, baixa classe alta; um médico ganha, inicialmente, R\$ 5.324,64 (cinco mil, trezentos e vinte e quatro reais e sessenta e quatro centavos), podendo chegar até R\$ 14.830,25 (quatorze mil, oitocentos e trinta reais e vinte e cinco centavos); o salário de um psicólogo varia entre R\$ 3.427,73 (três mil, quatrocentos e vinte e sete reais e setenta e três centavos) e R\$ 9.546,94 (nove mil, quinhentos e quarenta e seis reais e noventa e quatro centavos); um diretor de unidade III recebe R\$ 10.053,71 (dez mil, cinquenta e três reais e setenta e um centavos); já um diretor técnico, R\$ 20.107,39

(vinte mil, cento e sete reais e trinta e nove centavos) e, por fim, o presidente recebe em torno de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) por mês. A partir de quanto o funcionário precisa ganhar para haver motivação no servido prestado?

“Quando o promotor vai lá, os funcionários mandam descer as roupas novas, a que a gente usa é tudo rasgada. As novas são usadas só quando vem alguém diferente”, diz WJ.

Segundo WJ., a pior parte era o atendimento médico. Em sua reincidência, apenas o enfermeiro ficava na Instituição e sem autorização médica, ele não podia medicar. “Aonde eu estava teve uma epidemia de sarna, eram cinco dias pra poder passar com a enfermeira, até os funcionários “zuavam”, a gente acabava melhorando sozinho”.

Existem 12 mil servidores públicos regidos pelas normas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) na Fundação Casa. Não ter um bom salário os obriga agir violentamente? Ética e moral só cabem quando o salário é bom? Ou a motivação, obrigatoriamente, vem do dinheiro e não do propósito que a profissão te oferece para cumprir?

As humilhações, agressões e ódio disseminado por servidores contra os internos da Fundação Casa podem ser caracterizados, além da questão cultural, como falta de moral e ética. Os valores que uma pessoa carrega, como, igualdade, respeito à vida, bondade e justiça orientam a conduta, as ações e os julgamentos humanos.

De acordo com os especialistas, existem muitos funcionários comprometidos com o trabalho que fazem na Fundação Casa. Um número de servidores ama, de fato, o trabalho social que fazem todos os dias. Se um dos problemas do mau funcionário é salário, porque alguns agem da maneira errada, sendo que, funcionários nas mesmas condições, agem da maneira correta?

O servidor que comete um ato infracional é afastado da Instituição, ou, transferido de unidade até que seja comprovado seu envolvimento com as denúncias de violações. Tudo acontece dentro da lei. A corregedoria avalia o caso e se tiver a necessidade ele é punido, mas, ele não é violentado e tão pouco humilhado por cometer o erro de se exceder na contenção física ou verbal. O seu direito é garantido. Por que com o menor não é assim? Além de o adolescente cumprir sua pena, pagar pelo seu erro com a privação de liberdade, ele é violentado e paga duas vezes na conhecida “justiça com as próprias mãos”.

Juarez Alves diz que isso acontece porque a instituição aceita profissionais despreparados, do presidente da Fundação Casa até os agentes de segurança sem um perfil qualificado. Múltiplos comandos na hierarquia gerencial, na sua maioria, são incapacitados para a função. “O apoio de governantes, não explícito, faz com que os profissionais operacionais tomem atitudes por conta própria, se utilizando de critérios próprios morais e nada éticos, contrário ao conhecimento técnico e científico existente”, afirma Juarez.

Segundo o ex-diretor, o servidor precisa saber como lidar com situações de conflito, cumprindo o Estatuto da Criança e do Adolescente. A capacitação do funcionário e a fiscalização devem ser fundamentais dentro da Instituição.

W.J. acredita que existam mais funcionários bons do que ruins, como também existem os que não ajudam, mas também não atrapalham. Na rotina de internação, segundo o jovem, o menor tem que comer, tomar banho, escovar os dentes, e depois de tudo isso, voltar para o módulo e ser trancado. “Tinha funcionário que queria fazer isso correndo, não deixava nem o menor comer direito. Eles falavam: ‘corre, corre, corre que demora é essa?’, e se demorava, ele metia a mão mesmo e jogava a comida fora, estava nem aí”.

De acordo com Juarez, alguns servidores públicos mostram-se despreparados para lidar com situações completamente previsíveis. A capacitação oferecida pela Fundação Casa não é suficiente para conscientizar o cidadão que seu cargo tem uma função social.

Na pesquisa “Ai voltei para o Corre”, o “Instituto Sou da Paz” analisou a violência institucional. Um quarto dos internos da amostra representativa relatou espontaneamente que sofreu agressões físicas ao longo da internação atual ou durante internações anteriores. Os entrevistados afirmaram que a intensidade da violência varia de unidade para unidade,

mas a relação agressiva entre os jovens e os agentes socioeducativos é disseminada na instituição.⁸

A pesquisa incluí entrevistas com adolescentes, que contam suas experiências. Luiz, de 16 anos, confirma a prática da “recepção” e diz que apanhou durante três dias quando chegou ao centro. “O entrevistado disse que nunca se esquecerá das agressões sofridas naquele dia”, observa a pesquisa.

Em outro centro socioeducativo, Henrique, 18 anos, relata que tenta “ficar de boa”, pois “quem fala alto aqui eles quebram na paulada”. Já o adolescente Daniel, também de 18 anos, descreveu o centro em que está internado como uma “cadeia de segurança máxima”, com “muita opressão”.⁹

Elias Rosa diz que a divulgação dos fatos irregulares não o incomoda. O que incomoda é a ocorrência, na opinião dele, e que o jornalismo investigativo tem um papel social, mas salienta que a imprensa não se interessa em divulgar que os índices de violência diminuíram, “só o lado ruim”.

Segundo ele, as denúncias de maus-tratos em uma unidade talvez sirvam para mostrar como funciona aquele lugar específico. No entanto, elas não refletem a realidade de toda a Fundação. “É o mesmo que acontece com a pesquisa do Instituto Sou da Paz, que é ótimo, mas não dá pra mostrar toda a relação”, afirma.

^{8 9} Instituto Sou da Paz. *Ai eu voltei para o corre*. São Paulo: 2018.

Além dos maus tratos sofridos sob o olhar negligente dos delitos da Fundação Casa, os menores enfrentam atuação de facções criminosas e compram o servidor público corrupto e, em algumas unidades, dominam os menores que ainda não fazem parte do comando, fazendo com que a instituição se torne, cada vez mais, um estágio para o crime.

FACÇÕES CRIMINOSAS

As facções também estão dentro da Fundação Casa em São Paulo. WJ jovem que passou 10 meses na instituição, conta que seu amigo de cela era irmão do comando da organização criminosa, porque seu pai também integrava a facção. “Ele tinha autonomia para colocar o filho dele como um ‘comandei-ro’ da Instituição. Se algum menor errasse e ele falasse para o pai, ele recebia o aval, e aí podia bater no menor”, afirma.

WJ., afirma que uma das unidades da Fundação, a Costa Norte, é controlada pelo Primeiro Comando da Capital – PCC, a maior facção do Estado de São Paulo. “A unidade já está dentro da favela mesmo, em frente à biqueira. Quando um menino morreu lá, o PCC entrou atirando em tudo. É comandado por eles”, diz.

O ex-funcionário da Fundação Casa, M.A., que prefere não se identificar, afirma a existência dessas facções dentro da Instituição. “A maioria das vezes, os módulos estão lotados e o comando é de facções criminosas, dificultando o trabalho

dos funcionários”. Segundo M.A., uma parcela dos jovens que está em privação de liberdade faz parte de uma quadrilha fora da Fundação que comanda pavilhões, pátios de presídios e da própria instituição.

No dia 7 de novembro de 2018, segundo o “Sistema Costa Norte de Comunicação”, em Caraguatatuba, Litoral de São Paulo, três adolescentes, entre 15 e 16 anos, foram resgatado enquanto eram transportados de volta para a Fundação Casa, após saírem para uma audiência no Fórum. “De acordo com os agentes, os três adolescentes que estavam no carro teriam dito “perdeu, perdeu”, dando indícios de que já sabiam que seriam resgatados”, conta a reportagem.¹⁰

M.A. afirma a participação das organizações criminosas, conta que a Fundação Casa, na hierarquia gerencial, é mais um “cabide de emprego” como troca de favores políticos. “Precisa de mais respeito por parte do governo com as vidas dos internos e de funcionários, os servidores sofrem pressões das facções”, diz.

Quem escolhe os funcionários que vão trabalhar dentro de uma determinada unidade são os “chefes da cadeia”, conhecidos como “voz” (um interno que faz parte de alguma facção criminosa). “Eles decidem até se o funcionário irá aparecer na rua”, conta M.A.

¹⁰ PUPPO – Reginaldo – *Bandidos resgatam três adolescentes da Fundação Casa de Caraguatatuba* –2018. Disponível em: <http://twixar.me/1hBK>. 22/04/2019.

O conselheiro tutelar da medida socioeducativa, Gledson Silva, conta que existem os funcionários que são “destacados” quando não aceitam participar das entregas de drogas ou celulares para os menores, membros das facções. Esses servidores são aqueles que denunciam as irregularidades de outros colegas de trabalho. Por conta disso, sofrem ameaças constantes. “Os funcionários que os menores gostam são os que aceitam levar drogas para a Instituição”, afirma.

Gledson conta que a única maneira de entrar itens proibidos na Fundação é por meio de funcionários. As revistas são piores do que em presídios, nada entra pelos parentes. Entretanto, houve, há muito tempo, a morte de um servidor por esse motivo. “O funcionário recebeu R\$ 30 mil reais da facção para levar um celular para dentro da Fundação e ai ele não conseguiu por que na hora da revista os caras o barraram”, diz.

W.J. presenciou inúmeras entregas de celulares e drogas para dentro das unidades por parte dos professores que dão aula na Fundação Casa. “Tem menor que pega muita amizade, e aí o professor traz coisas da rua que não pode trazer, por exemplo, cigarro de maconha e essas ‘fitas’ aí”, afirmou.

Além de receber itens da rua, os menores que se dão melhor com os professores da pedagogia, segundo W.J., vão todos os dias para a quadra e recebem tratamento privilegiado. No entanto, os menores infratores que os professores não gostam ficam dois, três meses sentados sem fazer nada, “se o

funcionário não for com a cara dele já era, não participa das atividades da quadra”, conta.

Segundo o Art. 17 do Estatuto da Criança e Adolescente, o direito ao respeito consiste na integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, como também, a preservação da imagem, da autonomia, dos valores e crenças.

As informações publicadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, em seu site oficial, o ex-ministro de Justiça e Segurança Pública, Raul Jungmann afirmou na abertura do IX Workshop Sistema Penitenciário Federal em 3 de setembro de 2018 que as facções criminosas têm o controle das penitenciárias do país. “São elas que garantem a vida dos presos e, muitas vezes, de suas famílias. Em troca dessa proteção, as facções exigem dos presos um juramento de obediência, criando escravos do crime”, diz.

De acordo com o depoimento do ministro da Segurança Pública durante o evento, o sistema penitenciário deveria ser fator de justiça, segurança e ressocialização, mas não cumpre nenhuma dessas funções. “Nós iniciamos recentemente a Política de Trabalho para presos e egressos. É uma forma de enfraquecer as organizações criminosas”, lembrou. Para Jungmann, é impositivo que os líderes de facções cumpram a pena no Sistema Federal: “precisamos cortar o fluxo de informações de dentro para fora e de fora para dentro dos presídios”, afirma.

A Secretaria de Educação do Estado de São Paulo é a responsável por toda administração das aulas que os adolescentes têm na Fundação Casa e seleciona os professores que terão contato com os menores infratores. Segundo o diretor técnico, Adilson Fernandes, a Secretaria contrata os servidores, organiza as salas nos centros de atendimento e tem dois programas separados: um específico para o adolescente que está em internação provisória e que pode ficar até 45 dias. Outro para quem está internado, ele deixa de estar matriculado na escola que estava e é matriculado em uma escola estadual que tem um vínculo com a instituição.

W.J. conta que alguns professores, cúmplices das facções, são os que mais batem nos menores de 12 anos e, o mais chocante, para ele, foi ver um professor pisando na cabeça do menino de 12 anos, sem dó, nem piedade. “Ninguém faz nada, fala nada. E aí vem a ouvidoria escuta, esta vendo, mas também não ajuda”, diz W.J.

A criança e o adolescente nasceram vítimas, se tornaram os monstros da sociedade por falta de cuidado do Estado. Agora, Qual herança cada funcionário pretende deixar como resultado do trabalho e do modo de agir? Como o Estado tenta corrigir os concursados que vão cuidar dessa Fundação importantíssima para a sociedade? Como ele ensina e capacita? É suficiente? O próximo capítulo abordará essas questões.

04

A OMISSÃO PODE SER FATAL

GOVERNADOR, PRESIDENTE, GERENTES DE SERVIÇO, diretores, psicólogos e assistentes sociais são acusados de serem omissos e coniventes com as agressões e humilhações que ocorrem dentro da Fundação Casa. Segundo o ex-diretor regional da Fundação Casa, Juarez Alves, de forma velada, eles exigem que educadores, monitores e agentes de segurança tomem atitudes ditas preventivas para conter os adolescentes, “Se ele abrir a boca coloque-o em quarto individual (entenda cela) por sete dias. Ao acordá-lo, levá-lo para o refeitório e atividades laborativas ou recreativas, grite e retire-o da atividade, inclusive, deixando-o sem alimentação para saberem quem manda”, afirma Juarez.

Quando as capacitações não dão certo para todos os servidores, a Fundação Casa do Estado de São Paulo tem por obrigação tomar as medidas necessárias para punir o funcio-

nário adequadamente. Segundo o diretor técnico da instituição, Adilson Fernandes, todas as denúncias que chegam são apuradas pela ouvidoria. “A corregedoria instaura procedimentos de investigações para avaliar tudo isso. Eles também vão para o Instituto Médico Legal (IML), se o adolescente fala que apanhou de um servidor, na hora, ele vai para a delegacia e abre o Boletim de Ocorrência (BO) contra o funcionário, e aí começam os procedimentos verificatórios”, diz Fernandes.

Enquanto é verificada a denúncia, o servidor público é transferido de unidade até que seja deferida ou indeferida a acusação. O conselheiro tutelar, Gledson Silva, relatou que os funcionários acusados aproveitam o tempo de apuração para ameaçar quem os denunciou. “Eu já fui ameaçado uns anos atrás. Colocaram-me no meio dos caras para intimidar e já fui seguido de moto”, após Silva fazer a denuncia formalmente, o funcionário foi transferido. “A minha vida, depois de me tornar conselheiro e fazer as denúncias mudou. Se eu falar para você que não tenho medo, estou mentando”, afirma.

De acordo com Adilson, em dez anos, mil funcionários foram afastados por má conduta, equivalente a cem servidores por ano. O promotor Elias Rosa considera um alto número e ressalta: “Acho que isso é indicativo de duas coisas: de que ocorre a agressão e violência, e de que a fundação não é leniente. Só vai melhorar se conseguirmos conscientizar nossos funcionários. Todos”.

As crianças e os adolescentes que ingressam na Instituição dependem de como o servidor público vai executar as leis que os acolhem, como vão tratá-los em situações de extremo estresse e de que maneira eles encaminharão o menor infrator para uma reestruturação social.

Segundo Juarez, especialista em educação e psicólogo social, para uma contratação adequada, primeiro é preciso definir uma Política de Governo com base nos Direitos Humanos e estabelecer uma prática de desenvolvimento humano, e não correccional e punitiva: “Com base nesta ‘política’, estabelecer um perfil exigente mínimo para profissionais a serem selecionados para a função, sem desprezar uma política séria de ‘segurança’. Estabelecer que a educação e o desenvolvimento sejam os eixos norteadores da relação com o adolescente”, diz.

O ex-agente penitenciário da Fundação Casa, M.A., que por questões de segurança, preferiu não se identificar, conta que o servidor necessita de um curso que mostre quais as dificuldades que ele irá enfrentar: “O funcionário passa por uma seleção psicológica, porém não tem ideia do que irá trabalhar”.

Após passar no concurso da instituição, de acordo com a assessoria de imprensa da Fundação Casa, o servidor é obrigado a participar dos cursos presenciais de capacitação, como: Programa de Formação Inicial – PFI, Programa de Formação Continuada – PFC, Programa de Aperfeiçoamento de Gestores – PAG e Programa de Desenvolvimento Técnico Científico (PDTC).

O tempo dos cursos variam conforme o cargo do funcionário, podendo durar cerca de uma semana ou menos. Em 2006, a Fundação Casa criou o Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVAS, como uma implantação do Programa de Formação a Distância (PFD), visto como uma ampliação das capacitações, desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional.

“O AVAS tem vários objetivos, um deles é a formação inicial, existe um conteúdo geral para todos os servidores, que é o papel da Instituição, o sistema sócio educativo. Nós temos a formação no sistema virtual. Todas as categorias têm curso no AVAS”, afirma Adilson.

Segundo a assessoria de imprensa da Fundação Casa, os objetivos do PFD são:

- Incentivar a formação a distância, voltada ao desenvolvimento integral do ser humano e à prática profissional;
- Elaborar e acompanhar projetos e atividades a distância, envolvendo diferentes setores da Fundação;
- Propor, desenvolver e avaliar ações de formação continuada (servidores, tutores e outros membros da comunidade socioeducativa) para o uso das tecnologias digitais de informação e comunicação em atividades formativas;
- Elaborar materiais educacionais integrando diferentes mídias e tecnologias;

- Capacitar os formadores e servidores na utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da EFCP no uso de práticas pedagógicas para ambientes digitais;
- Estabelecer ações e parcerias com diferentes setores da Fundação na oferta de cursos a distância, visando atender as demandas de formação.

A Fundação Casa, desde 2006, não aprimora as capacitações. Segundo Juarez, a instituição precisa estabelecer uma política de recursos humanos, materiais e físicos, capaz de cumprir a legislação – Estatuto da Criança e Adolescente, e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, a favor do jovem privado de liberdade.

Elias Rosa traduz os acontecimentos agressivos, por parte do funcionário, como uma “estrutura de pensamento”. Já o diretor técnico, Adilson Fernandes, conta que os funcionários que batem mais, não necessariamente são os mais antigos de casa. “Tem muita gente nova, de concurso, que já chega dessa forma. Já tem uma imaginação social que aqui é pra tratar com violência”, afirma.

De acordo com Juarez, a Fundação Casa não tem um processo seletivo que filtra “o bom e o mau” funcionário, as capacitações servem para “tapar o sol com a peneira”, o que significa: adiam a responsabilidade em criar um sistema que realmente seja transformador. “Apresentar grades de cursos e profissionais capacitados, não significa, necessariamente, qualificação”, afirma.

Segundo o Elias Rosa, há possibilidade do médico cometer uma irregularidade com o paciente, carcereiro de cometer um crime com o prisioneiro, de um profissional da Fundação Casa cometer contra um adolescente é a mesma. É sempre um desvio de conduta humana. “No nosso caso, temos o dever e a obrigação de inibir e de punir por que é previsível que ele vá ocorrer”, diz.

Acima da Fundação Casa está a Secretaria da Justiça e Cidadania, sendo o órgão do Governo do Estado de São Paulo que se relaciona com as instituições vinculadas à Justiça, à cidadania e aos direitos humanos. Incluindo a coordenação da aplicação de medidas socioeducativas. Adilson conta, como a falta de apoio do Governo do Estado implica no trabalho da assistência social, um dos mais importantes para a reestruturação. “A gente percebe claramente que temos pouco apoio das outras políticas”, afirmou. Segundo o diretor, existe um grande número de enfrentamentos sociais para pouco número de profissionais para essa execução.

De acordo com Alves, o desvio de atenção do Governo do Estado para com a Fundação Casa, compromete os Direitos Humanos, assim como o Estatuto da Criança e do Adolescente. Tendo como exemplo a falta de profissionais qualificados, uma capacitação inadequada e tantas outras irregularidades registradas por quem trabalhou dentro da Instituição. A Secretaria de Justiça tem por obrigação fortalecer

a cidadania e oferecer um suporte de qualidade à população. No entanto, segundo o diretor técnico, a Fundação tenta caminhar por si só, da maneira que consegue.

O ex-presidente da Fundação Casa que também foi o ex-secretário de Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo em 2018, Marcio Fernando Elias Rosa, conta que várias mudanças deveriam ocorrer, mas sem a verba necessária nada muda de lugar. “Nós precisaríamos ter uma capacidade orçamentária que ampliasse o número de colaboradores lá dentro dos centros para que durante um bom período, ele ficasse sobre um acompanhamento permanente”, afirma.

Segundo os especialistas, o Governo de São Paulo é o maior responsável por todas as lacunas que existem dentro da Instituição. Podemos comparar com um processo mecânico: é como se o servidor público fosse o oxigênio que alimenta o motor e o Estado o combustível. Os dois juntos entram em combustão e a energia liberada é o que faz tudo se movimentar. Se um falha, todo o restante pifa.

“Os menores não têm valor para o Estado, não estou exagerando. Agora a polícia é homenageada quando matam nossos filhos. Eles recebem medalhas por matar. Eu acho que ele tem que pagar pelo que fez, só que justo”, afirmou Ingrid, a mãe do menor infrator.

Elias Rosa contou que como Secretário contribuía reconhecendo o que era prioridade absoluta na hora de aplicar os

recursos, e a destinação do orçamento era para o atendimento das Crianças e Adolescentes. “Eu acho que todos nós, não só o Marcio, pode ajudar reconhecendo que a prioridade absoluta é a criança e o adolescente”, afirma. Segundo ele, o Brasil precisa sair da prioridade formal e passar para a prioridade material.

REINCIDÊNCIA

Além de todo o histórico social, o resultado de falhas humanas e erros técnicos geram inúmeras consequências para o menor infrator. A reincidência na Fundação Casa é uma delas. “Quando eu estava lá eu vi um moleque que ficava uma semana na rua e voltava, teve outro lá que ficou dois dias na rua e voltou. Eles falam para psicóloga que vai mudar e a psicóloga fala: “tá bom tá bom” porque elas não ligam também, né?. Sabe que vai voltar. É muito difícil algum mudar, mas tem”, afirma W.J., menor que passou 10 meses internado na instituição.

O conselheiro tutelar, Gledson Silva, conta que a maioria dos meninos voltam para a Fundação Casa. Segundo ele, o maior problema é quando o jovem encara a liberdade novamente. “Eles saem da Instituição e não tem escola, há um preconceito dos colégios, e aí ele volta para a periferia”, afirma. O conselheiro destaca que o menor infrator, se baseando em suas experiências, volta para casa e vê sua mãe sendo violentada pelo pai, passando o maior sufoco e questiona: “O que esperar dessa vida?”, conta Gledson.

Ingrid revelou que muitas das mães desses jovens cuidam deles sozinhas, os pais dificilmente aparecem e, por conta de fatores históricos, elas vêm de uma cultura agressiva, se desestabilizando com as dificuldades do dia e dia e descontando no filho pequeno, enquanto isso: “O funk diz para eles que o crime é bom, que o tráfico é bom. Muitas vezes, eles cometem o primeiro crime, incentivado, e quando comete escuta as pessoas dizendo: éeh!!! Você é esperto. Isso aí”, afirma.

Elias Rosa ressaltou as consequências dessa realidade e afirmou que a Fundação Casa até tenta garantir um emprego, faz curso profissionalizante, mas o adolescente não vai encontrar, provavelmente. Então ele frequenta a escola por algumas semanas, depois para de frequentar de novo. “A chance desse menino, jovem, voltar a cometer ato infracional é muito grande”, diz.

O “Instituto Sou da Paz”, em sua pesquisa, conversou com 291 adolescentes. 32,6% do total são reincidentes. Segundo ele, o comportamento infracional e sua reiteração não podem ser explicados somente por aspectos de ordem individual. Portanto, a abordagem de temas como a vulnerabilidade socioeconômica, escolaridade e violência foi fundamentada na concepção de que fatores de ordem estrutural contribuem fortemente para ampliar ou limitar o leque de escolhas individuais.

Entre os jovens que ficaram internados mais de um ano, 47,6% retornou a Fundação Casa em menos de três meses. De acordo com o estudo, é possível que as privações de liberdade mais longas, não tenham impedido e/ou retardado a reincidência.¹¹

O estudo feito pela psicóloga Paula Almeida de Castro, aponta que o menor infrator reincidente pode ser definido como um jovem resiliente, significando que eles podem voltar ao seu estado anterior após sofrer impactos de alta pressão que os deformam. Segundo a especialista, é um conceito também utilizado pelas Ciências Sociais para definir uma capacidade idiossincrática de indivíduos em situação de vulnerabilidade.

A psicóloga Renata Maria Coimbra Libório, em seu artigo “O Conceito de Resiliência como Possibilidade de Compreensão do Sujeito na Contemporaneidade” conta que a resiliência oculta mostra a construção social e suas implicações para os adolescentes, em situação de risco, que almejam um futuro profissional.

Libório questiona: “O que fazem crianças e adolescentes quando eles não têm acesso a recursos, que poderiam ser oferecidos por profissionais e seus serviços, que auxiliariam na construção de bem-estar, obtenção de status, reconhecimento social? Como eles sobrevivem e vivem bem? Quan-

do caminhos mais “saudáveis” associados ao bem-estar estão bloqueados ou ausentes, que formas de *coping* são possíveis e viáveis para tais crianças e adolescentes?” Tais questões certamente nos apontam para a responsabilidade da sociedade e do Estado no oferecimento de recursos “mais saudáveis” favorecedores de resiliência.

Segundo a pesquisa do “Instituto Sou da Paz”, os dados apurados retratam a realidade do menor infrator reincidente e indicam: O maior percentual de adolescentes internados com distorção idade-série foi encontrado entre os reincidentes – 78%, contra 59% entre os primários em medida socioeducativa. Quase um quarto dos entrevistados estava cinco (15,7%) ou seis (7,4%) anos atrasados – por exemplo, três adolescentes reincidentes em internação de 17 anos que cursavam o 6º ano do Ensino Fundamental.

A Fundação Casa acredita que o número de reincidentes está ligado com a falta de fiscalização por parte dos municípios. Elias Rosa ressalta que precisa melhorar muito a parceria com as organizações não governamentais. “Seria muito melhor se o adolescente pudesse fazer, por exemplo, a jornada educacional na escola pública. Não dentro da unidade. Que pudesse sair para frequentar a escola. Mas isso só é possível quando? Se tivéssemos monitoria, alguém precisa acompanhar esses adolescentes. Transporte, locomoção e tudo mais”, afirma.

¹¹ Instituto Sou da paz. *Ai eu voltei para o corre*. São Paulo. 2018.

Segundo Adilson, a Fundação Casa pede três indicações de escolas próximas ao local de moradia, com isso, a Secretaria gera vaga e já matricula para onde for indicado. No entanto, segundo o diretor, o problema do Estado de São Paulo, hoje, não é garantir vaga, é garantir permanência, porque ele sai com a vaga, só que existe um mito, um desconhecimento, uma falta de preparo por parte das próprias escolas, eles não querem receber o adolescente. “Então quando o jovem volta para a escola, nós temos vários relatos que eles organizam essa saída. De certa forma ele não consegue dar continuidade nos estudos fora, por isso, precisamos da aproximação com a cidade”, diz Adilson.

O próximo capítulo explica qual o dever do município em acolher o menor infrator após cumprir a pena; como são executados os projetos e como é a relação da Fundação Casa com as ONGs responsáveis pela medida socioeducativa após a internação.

05

DE VOLTA AO MUNICÍPIO

A FUNDAÇÃO CASA DO ESTADO DE SÃO PAULO encontra-se distante dos municípios. Após passar pelo período de internação na instituição, o jovem continua cumprindo as medidas socioeducativas em meio aberto, ou seja, na cidade que sua família mora.

A ausência de leis, melhores pensadas, e a falta de aproximação da instituição com as ONGs municipais prejudica a reinserção do menor infrator. Segundo o diretor técnico, Adilson Fernandes, “o tempo que o adolescente esta aqui é o tempo que temos de dar um novo significado, dar conta de questões que ele não teve fora e devolver para a cidade em que vive, essa é uma briga diária que temos para uma aproximação”, afirma.

A Assistente Social, Mariana Piovezan, é responsável pela ONG municipal “Projeto Gaia”, que executa as medidas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Co-

munidade (PSC). A profissional explicou como funcionam as medidas após a internação da Fundação Casa, e como é possível essa aproximação da ONG com a instituição.

De acordo com Mariana, estes serviços são determinados pelos juízes das Varas da Infância e Juventude de cada cidade, aplicada aos adolescentes de 12 a 18 anos, e, excepcionalmente até os 21 anos, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) quando o menor comete um ato infracional.

A assistente social conta que a medida de Liberdade Assistida prevê um acompanhamento das demandas do adolescente de forma mais individualizada, onde o orientador procura auxiliar na efetivação dos seus direitos, tendo um foco especial para o acompanhamento escolar, que é um dos direitos, ao qual a conclusão da medida está atrelada e envolvem situações de preconceito, discriminação, isolamento e violência.

A pesquisa do “Instituto Sou da Paz” aponta que o grande número de adolescentes reincidentes foi discriminado por conta do seu histórico na Fundação Casa, além da dificuldade em se inserir na escola e no mercado de trabalho. Todas essas discriminações ocasionaram para a continuidade do ciclo infracional.

A pesquisa destaca que 30% dos adolescentes reincidentes não voltaram à escola após a última internação. Metade dos adolescentes abandonou a escola até os 14 anos, sendo que quase 60% dos reincidentes em internação tinham 14 anos ou

menos quando evadiram, contra 48% dos primários em internação e 40% dos primários em medida socioeducativa.

Ingrid afirma que a maneira que os menores infratores são tratados dentro da Instituição, contribuem para a reincidência. As mães denunciam para o conselho tutelar, a todo instante, a violência que os filhos sofrem dentro da Fundação Casa.

O sistema repressivo da instituição compromete a re-inserção do jovem na sociedade. Segundo a assistente social, essa experiência de privação de vivência social, onde existe uma uniformização das identidades por meio de símbolos, como, corte de cabelo, vestimentas iguais, padrões de comportamento semelhantes, entre eles, cabeça baixa, mãos para trás, só falar com permissão e se reportar a todos como “senhor (a)”, acaba por trazer estigmas na maioria dos adolescentes que passa por essa medida, havendo possibilidade de maior agravamento de acordo com o tempo de medida, repertório social, resiliência e apoio familiar.

Ingrid conta que a criança e o adolescente que cometem o ato infracional, ficam apenas três meses na primeira passagem, privado de liberdade e, por isso, os menores da favela são tão interessantes para os traficantes. “Ninguém quer mudar nossa realidade. O Estado e o município não ‘tá’ nem aí para a gente. Os meninos saem hoje da Fundação Casa e amanhã estão no tráfico. Nós não temos uma política de reabilitação de ninguém”, afirma.

Segundo o promotor, Márcio Elias Rosa, para não haver essa drástica mudança em sua vivência social após saírem da instituição, a advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida, essas quatro medidas, que se cumprem em “meio aberto” deveriam ser cumpridas corretamente, elas são de responsabilidade dos municípios, e eles não fazem. “A União teria que custear, o Estado fixar e fiscalizar, e o município executar”, diz.

Em uma distribuição de culpas, quando se trata de reincidência, Mariana conta que precisamos fazer um resgate histórico de como a infância e juventude pobre foi tratada pelo Estado durante o século XX, e insiste que a culpa dos menores reincidentes não é apenas do município. “A meu ver atribuir a culpa ao meio aberto ou ao meio fechado é olhar apenas para uma parte do contexto em que estão inseridos os adolescentes que cometem atos infracionais, em primeiro lugar a reincidência no Sistema Socioeducativo, no geral, é consideravelmente menor que o Sistema Prisional Adulto”, afirma.

Adilson também conta que as questões históricas são grandes responsáveis pelas situações de reincidência e violência ainda nos dias de hoje. “Só no final do século XIX e início do século XX que começou a preocupação em tirar os adolescentes dos presídios, porque antes eles ficavam no mesmo espaço de reclusão”.

Cerca de 70% dos adolescentes, de acordo a pesquisa do “Instituto Sou da Paz”, tinham ou tiveram algum familiar preso. 92,7% dos primários em medida socioeducativa, acreditavam que receberiam apoio da família quando saíssem da Fundação Casa, contra 79,7% dos reincidentes. A percepção pode ser fundada na menor frequência de visitas de adolescentes reincidentes: enquanto 55% dos primários em medida socioeducativa recebem visitas semanais, o mesmo é válido para apenas 27% dos reincidentes em internação. Da mesma forma, quase um quarto dos reincidentes não recebem visitas, o que só ocorrem com 4% dos adolescentes primários em internação.¹²

Contudo, muitas vezes, a base familiar é inexistente. Ao seguirem padrões de ordem dentro da Fundação Casa, os adolescentes saem da internação e se deparam com a realidade. Ingrid relata que muitas das mães desses jovens são drogadas e estupradas na frente dos filhos pelos namorados. “Eu vejo muito isso no morro e aquela criança já nasce com a cabeça conturbada”, afirma.

A assistente social destaca que a participação da família é fundamental para uma reestruturação após recuperar a liberdade. Segundo a especialista, isso se dá através de atendimentos de familiares, grupos de responsáveis a fim de que exista o apoio

¹² Instituto Sou da paz. *Ai eu voltei para o corre*. São Paulo. 2018.

ao adolescente que está em cumprimento de medida socioeducativa, e que esse apoio tem que contribuir para o processo de responsabilização e comprometimento do adolescente.

O dinheiro repassado do município para as ONGs, segundo Mariana, na maioria das vezes não é o suficiente. “Esse valor é de acordo com a quantidade de adolescentes que será atendido por cada serviço”, diz.

A assistente social conta que vivemos, novamente, um período de cortes no orçamento da pasta, o que acaba por apresentar uma dinâmica de trabalho onde as ONGs têm que usar a criatividade, racionamento de recursos e resiliência, para, independente de qualquer questão de repasse de verba, possam continuar mantendo a qualidade no serviço ofertado aos adolescentes e famílias. Por se tratar de um serviço que atende apenas esse segmento, os impactos no cotidiano não são tão explícitos.

A MÃE DO MENOR INFRATOR

O tráfico abraça as crianças da comunidade. Ingrid, mãe de Junior, não sabe exatamente quando foi que perdeu o filho para a criminalidade. “Meu filho sempre foi um menino calminho, bonzinho e de repente ficou agressivo, impaciente, sumia com 13 anos”, afirma.

Diante das experiências vividas, todos os dias, pela maioria das mães que moram na favela, Ingrid diz que elas

respiram aliviadas quando a polícia prende. “Ele ‘tá’ guardado, não ‘tá’ morto. Porque esse é o destino do nosso filho, não chegar aos 20”, conta.

No entanto, dentro do cárcere, segundo a assistente social Mariana, é preciso resgatar os estudos de Foucault que se debruçou a entender porque houve a mudança dos castigos físicos realizados em praças públicas para o surgimento das prisões, condicionados a tratamentos que reduzem a individualidade.

Mariana conta que o isolamento social, praticado na Fundação Casa, dificulta a readaptação do adolescente na sociedade por conta de todas as regras que eles foram submetidos a cumprir dentro da Instituição. “Essa lógica, dentro da fase de desenvolvimento que caracteriza a adolescência na formação pessoal, pode acarretar sequelas e estigmas”, afirma a assistente social.

O Estado, em toda sua história, nunca se dispôs mudar radicalmente a realidade educacional da criança e do adolescente da favela. Ingrid insiste em dizer que um menor infrator não nasce sendo uma pessoa má e um monstro, todas as circunstâncias fazem com que ele seja induzido ao crime. “Nós somos alienados a ser assim, pobre não tem que estudar, pobre tem que trabalhar, quem estuda é filho de rico”, afirma.

Enquanto o Estado não dá à devida importância ao menor infrator, o crime e as facções criminosas capturam, todos os dias, meninos de 12 anos, como fáceis alvos. Ingrid

afirmou: “é descartável o nosso filho para os traficantes, quando a polícia mata é só mais um, vai vir outro pra substituir”.

O conselheiro tutelar, Gledson Silva, afirma que existe um grupo no WhatsApp que se chama “mães da Fundação Casa”, onde as mulheres compartilham suas angústias e ocorrências de abuso de poder que acontecem dentro da Instituição. “Uma mãe de um jovem infrator sempre vai pensar na outra mãe de outro jovem infrator. Cada vez que a gente vê a notícia de um adolescente morto, a gente não pensa nele, vai diretamente para a mãe. É o coração de uma mãe dilacerado”, conta Ingrid.

Segundo Mariana, quando os adolescentes chegam ao Projeto Gaia, existem declarações de violência desde a abordagem policial até saírem da Fundação Casa. Além da opressão, são denunciadas as condições precárias de subsistência, como, por exemplo, dormir de cueca (dormir de coruja), dormir no chão (dormir na praia), o barraco em que fiquei (a cela onde permaneceu).

Ingrid se lembra de quando ficou esperando Junior, seu filho, o dia todo, na biqueira da favela para comprovar que ele realmente estava traficando drogas. Após ver com os próprios olhos a verdade, escutou dele: “Tô traficando e é isso mesmo, não ‘tô’ botando arma na cabeça de ninguém pra vir comprar droga não”.

De acordo com o “Instituto Sou da Paz”, a maioria dos menores infratores justificam seus atos infracionais alegando que

fizeram aquilo porque queriam dar uma vida melhor para a mãe. “Quando o ser humano faz algo de mau, ele quer arrumar uma justificativa para aquilo que estava fazendo, eu já escutei isso do meu filho: ‘tô atrás do nosso adianto’”, afirma Ingrid.

Seis entre dez adolescentes afirmaram ter cometido o primeiro ato infracional entre 12 e 14 anos, mesmo que tenham sido apreendidos pela primeira vez muito tempo depois, segundo o “Instituto Sou da Paz”. Em diversos casos, a primeira infração descrita foi o furto de itens de pequeno valor, como, produtos alimentícios em mercados. Já a idade da primeira apreensão pela polícia – independentemente de sanção legal – foi mais elevada: metade dos adolescentes “foi pego” somente aos 14 ou 15 anos. “Uma vez eu vi Junior pegando dois reais da minha bolsa, sem me pedir, quando era pequeno, eu achei que era nada de mais”, conta Ingrid.

Ingrid diz que o Estado não tem o menor interesse em observar de perto a realidade dela e de tantas outras mães que sofrem diariamente dentro da favela. “Sabe aquela história: deixe que eles se matem? Nos poupe desse trabalho? É o que acontece dentro da Instituição, eles incitam um jovem contra o outro”, afirma.

Para os especialistas, antes de aplicar as punições dentro da Fundação Casa, o sistema deve analisar porque uma criança de 12 anos comete um ato infracional e, além disso, segura uma arma nas mãos.

REESTRUTURAÇÃO

De acordo com o filósofo George Gustdore:

“A liberdade é uma das maiores reivindicações da adolescência, mas a liberdade que ela reivindica é uma sombra da liberdade autêntica, tanto quanto a espontaneidade criadora que se imagina descobrir na criança não passa de uma sombra e o simulacro de um verdadeiro poder criador. A liberdade adolescente é uma adolescência de liberdade, uma liberdade de aspiração, uma aspiração à liberdade, sem conteúdo preciso, na onda das paixões e a confusão dos sentimentos e ideias [...] A juventude não é a idade da liberdade, mas o tempo de aprendizado da liberdade, a liberdade não sendo definível pela ausência e restrição, ou a revolta contra as restrições. O homem livre é aquele que, tendo feito a prova dos diversos aspectos, dos componentes da personalidade, chegou a pôr em ordem a consciência que tem de si mesmo, no projeto de afirmação no mundo. É absurdo imaginar que a criança, o rapaz, possa um belo dia entrar no gozo de sua liberdade, vinda a ele como uma dádiva do céu. A liberdade de um ser humano se faz dificilmente, ela se conquista dia a dia, ela é o desafio de uma conquista, ausente nos começos da vida, desenha-se no decorrer dos anos de formação que corresponder a um percurso através do labirinto mítico das significações e possibilidades de existência. Procura do sentido, procura do centro, tomada de consciência da autenticidade pessoal, não sem angústia nem sofrimento”.¹³

¹³ GUSDORF George. *Impasses e progressos da liberdade*. São Paulo: Convívio. 1979. Pg 407.

Michelly Marques

W.J. conta que conseguiu escapar das tantas influências e direcionamentos errados que partem da Fundação Casa, focando nas boas oportunidades de aprendizagem que chegarem até ele dentro da Instituição. “Tenho diploma e fiz uma oficina de grafite, dois cursos profissionalizantes de lanchonete e *power point*”. O menor conta que por se dar bem com os professores, ele era liberado para jogar *pebolim*, *ping pong*, futebol, basquete e todas as outras atividades que havia.

Voltar para a Fundação Casa não é o que W.J. quer para o futuro, no entanto, a oportunidade de emprego ainda não surgiu nesses poucos meses que está em liberdade. “Existe o preconceito, as pessoas não acreditam em você quando puxam o histórico, mas eu sei fazer todas essas ‘paradas’ de hambúrguer”, afirma W.J.

Segundo a pesquisa do “Instituto Sou da Paz”, muitos adolescentes ouvidos relataram a intenção de voltar a estudar ou trabalhar após a internação. Todavia, somente um em cada cinco conseguiu emprego após a última medida na Instituição, 30% não voltaram à escola e metade indicou que sofreu “perseguição policial”.

Apesar de todas as críticas que Gledson faz diariamente a Fundação Casa, o conselheiro reconhece que existe muita coisa boa, e afirma que mais da metade dos adolescentes estudaram pela primeira vez quando entraram na instituição.

A Fundação Casa atualmente, de acordo com Gledson, está cooperando mais nas investigações das irregularidades

denunciadas. Ele afirma que as burocracias para o Ministério Público analisar as denúncias que chegam até o Conselho Tutelar diminuíram. “Com o novo Promotor ficou mais fácil. Antigamente quando enviávamos as denúncias para o MP, vinha assim: indeferido. Hoje, eu percebi que a Fundação Casa me retorna. A gente pensa que há um pessoal muito comprometido, que quer resolver a situação, quer melhorar, mas infelizmente o sistema atrapalha muito”, afirmou.

O diretor técnico, Adilson Fernandes, conta que além da escola, os internos têm cursos de formação profissional básica, mas não trabalham com os profissionalizantes por duas questões: uma é o tempo de medida, podendo ficar oito meses, um ano, um ano e meio, por isso, eles não conseguiriam finalizar o curso. Além do próprio nível de escolaridade do adolescente, já que a grande maioria não se encaixa. “Então nós trabalhamos com curso de profissionalização básica, em diversas áreas, o nosso objetivo é apresentar diferentes opções de oportunidades”, afirma.

O Projeto Gaia, segundo Mariana, procura ampliar o repertório dos adolescentes, os serviços utilizam de criatividade no planejamento de seus cronogramas de atividades para que atendam os interesses e oportunizem acesso aos adolescentes, assim como existe preocupação com o recorte de gênero, onde são garantidos espaços e voz a fim de fomentar a tomada de consciência enquanto pessoas autônomas e capazes dentro da construção de seus projetos de vida.

De acordo com a assistente social: “A reincidência no meio aberto, no ano passado, avaliamos que houve uma taxa de 19%, o que por si já demonstra que existe mudança na vida dos adolescentes que passam pelo meio aberto”.

No cotidiano essa mudança é vista de forma diferente através dos jovens que visitam as ONGs para solicitar uma orientação, ou auxílio para obter um documento, fazer um currículo, ou conhecer o filho que nasceu e etc., demonstrando a carência de outros espaços de convivência que possibilitem outras trocas significativas.

Segundo a pesquisa do “Instituto Sou da Paz”, “para auxiliá-los no processo de quebra do ciclo infracional, os adolescentes pontuaram que gostariam de receber os apoios a seguir ao término da medida de internação atual: auxílio para conseguir emprego (56%); voltar à escola (48,1%); apoio financeiro (22%); e psicossocial (13,4%). Surpreendeu o número baixo de adolescentes que sinalizou a necessidade de receber apoio financeiro: 78% responderam que cabe a eles trabalhar e se manter por conta própria”.

De acordo com Mariana, para cuidar de uma criança precisamos de toda uma comunidade. Essa é a frase que mantém a assistente social motivada nesse desafio complexo, que é trabalhar nas medidas em meio aberto. “Devemos olhar para todas as crianças e adolescentes, somente assim, podemos influenciá-los de outra forma, para que no futuro eles estejam nas universidades roubando conhecimento e traficando livros”, concluiu.

O livro-reportagem “Jovem infrator: pobreza, abandono e violência”, investiga as denúncias de torturas e humilhações dentro do Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – Fundação Casa. A Instituição é acusada de ser conivente e omissa com atos infracionais que infringem o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, como também, os Direitos Humanos.

Os dados apresentados no livro-reportagem mostram que mais de oito mil jovens vivem, atualmente, dentro da Fundação Casa. Para entendermos melhor a origem desse grande número de adolescentes infratores, são abordadas as questões estruturais que levaram a criança e o adolescente pobre à criminalidade.